

GT10: Antropologia das Mobilidades

André Dumans Guedes, Candice Vidal e Souza

Este grupo de trabalho pretende abrigar e pôr em relação pesquisas que tenham as mobilidades como objeto etnográfico. É nossa pretensão dialogar com trabalhos que abordem as formas, significados, experiências, narrativas e práticas de mobilidade em contextos os mais diversos: nas grandes metrópoles ou nas roças, nas matas ou águas, em aldeias ou instituições modernas, nas estradas e caminhos conectando ou localizando-se "entre" lugares como esses. Buscaremos assim aproximar trabalhos oriundos de distintos subcampos da antropologia: a etnologia indígena; a antropologia urbana ou feita nas cidades; os estudos do campesinato e dos povos e comunidades tradicionais; a antropologia da economia, da política, do estado ou da ciência. Inspirados por certas abordagens pioneiras surgidas nos estudos sobre o campesinato brasileiro, iremos privilegiar investigações onde a análise dessas múltiplas formas e modalidades de movimento esteja orientada pelas reflexões, linguagens e formas expressivas de que se servem aqueles (ou aquilo) que se encontra em movimento. Sugerimos igualmente que os trabalhos apresentados contemplem questões referentes à articulação das mobilidades com a organização de coletivos, identidades e institucionalidades; às desigualdades nas capacidades diferenciais dos sujeitos de se mover (ou não se mover) decorrentes de diferenças de classe, gênero, geração, etnia ou filiação religiosa; ou às inovações e problemas metodológicos associados ao estudo das mobilidades.

Casa e mobilidade em São Luís do Maranhão: uma abordagem antropológica

Autoria: Martina Ahlert, Nicole Pinheiro Bezerra

Desde 2016 acompanhamos alguns moradores do Centro Histórico de São Luís, capital do Maranhão, em seus engajamentos relacionados à luta por moradia. Enfatizamos, especialmente, três bairros - a Praia Grande, o Desterro e o Portinho, locais de atuação da União de Moradores da região. Esse perímetro corresponde, em grande parte, à área de tombamento federal, reconhecida, em 1997, pela UNESCO, como Patrimônio Cultural Mundial. Na pesquisa conhecemos concepções e práticas relacionadas à casa; experiências em torno da moradia em uma área regada por normativas diversas dado seu caráter de patrimônio; e formas de socialidade e ajuda mútua. Além disso, percebemos como a casa e a mobilidade, antes do que representativas de polos opostos (estabilidade e movimento) são articuladas no cotidiano das pessoas que vivem no Centro Histórico. Casa e mobilidade aparecem nas "observações" realizadas pelos moradores para saber qual casarão ocupar, haja vista a presença de famílias em edifícios históricos de proprietários desconhecidos ou ausentes. Surgem nas práticas de trabalho com a venda de comidas e bebidas, feitas nas ruas e praças. Se colocam nas constantes trocas de local de residência, movimento que se relaciona com o trabalho, o parentesco e a melhoria das condições de habitação. E podem ser pensadas em contraposição às normativas que regem o patrimônio, uma vez que os casarões se alteram com o tempo, tornando-se ruínas ou ainda sendo transformados pela circulação de objetos que, reinventados em novos espaços, passam a compor velhas/novas casas. No trabalho aqui proposto nos interessa mostrar que obliterar a associação entre casa e mobilidade reforça argumentos expressos por políticos locais sobre o "vazio" do Centro e a necessidade de "repovoá-lo". Sugerimos que, nessa forma de conceber o espaço há uma dificuldade em perceber o movimento das pessoas como constituinte da sua relação com os bairros. Apesar do reconhecimento da casa como escopo da luta política dos moradores, parece operar, por parte do Estado, uma lógica de controle da mobilidade e da experiência da moradia. Nas palavras de uma das nossas interlocutoras, "se dá casa, mas não liberdade". Desta maneira, exploramos a ambiguidade presente na disposição protocolar de promover a habitação social e, ao mesmo tempo, não perceber parte dos atuais

ocupantes do Centro (e suas práticas) como moradores legítimos do local. Para finalizar, buscamos analisar a forma como os nossos interlocutores respondem ao Estado. Apesar de haver diversos serviços governamentais nos bairros estudados e de existir uma constante interação de alguns dos nossos interlocutores com os funcionários estatais, o que eles narram, reiteradamente, é a sua ausência.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

